

**Justificativa para ampla concorrência do objeto:**

Observa-se que a Lei Complementar nº 123/2006 amplia a participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, mas não eleva a carência econômica das mesmas acima do interesse público. Dessa forma, é importante seguir os princípios pertinentes ao futuro certame, como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a “proposta mais vantajosa para a administração”, conforme é vislumbrado no artigo 3º da Lei n. 8.666/93. Ademais, o artigo 5º do Decreto n. 8.538/2015 não desampara as ME/EPP, concedendo o critério de empate ficto, oportunizando equilíbrio na disputa com as demais empresas: “nas licitações do tipo menor preço, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte”.

É sabido ainda que os artigos 47 e 48 da Lei Complementar beneficiam um tratamento diferenciado para as ME/EPPs nas contratações públicas. Contudo, o objetivo desse pregão eletrônico é a aquisição de três tipos de fórmulas nutricionais, os quais não acudiram interessados na licitação anterior, PE nº 071/20, restando desertos. Portanto, trata-se de um objeto com maior especificidade, sendo possível verificar que a abertura deste à participação em ampla concorrência obter-se-ia não só propostas mais vantajosas a esta Administração como também a possibilidade de interesse de empresas fabricantes, as quais não se enquadram na prerrogativa da mencionada LC.

Ademais, considerando o inciso III do artigo 49 da referida Lei, quando o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPPs não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, inviabiliza-se a exclusividade restritiva somente para esse grupo de licitantes e justifica-se a ampliação da competitividade para o objeto.

Portanto, o que ora se justifica é que utilizar o critério de participação em ampla concorrência não impede a participação de ME/EPP no processo licitatório em questão, pois essas têm seu direito de preferência assegurado. Em contrapartida, se utilizado o critério de participação exclusiva a ME/EPP, haverá grande possibilidade, justamente pela especificidade do objeto já mencionada, do pregão não transcorrer de forma eficiente e eficaz, podendo os itens resultarem novamente sem cotação ou ainda acima do valor máximo aceitável, o que ocasiona novo prejuízo a esta Administração.



**Prefeitura Municipal  
do RIO GRANDE**

**Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Enfim, o maior critério de vantagem se configura em uma relação custo-benefício: quando a Administração assume o dever de adquirir o objeto menos oneroso e o particular se obriga a realizar a melhor e o mais completo fornecimento do objeto. Logo, a maior vantagem corresponde à melhor escolha de critérios editalícios atrelados à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.

Sonia Margarete Silva  
Pregoeira